

SANTA CRUZ

Dívida faz clube perder terreno para a União

LUÍSA TORRE - 13/04/2014



Em abril, um abraço coletivo foi feito no campo, em Santa Lúcia, Vitória, em protesto à determinação judicial

Espaço foi lacrado por causa de dívida de R\$ 645 mil; clube e prefeitura querem reverter decisão

▄ KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

Três meses após decisão judicial tirar a posse do Clube Santa Cruz sobre o campo localizado em Santa Lúcia, Vitória, a medida foi oficializada, e o time não mais ocupa o local.

O campo foi lacrado na última segunda-feira, e foi feita a reintegração de posse do terreno à União.

O Santa Cruz ocupava há 86 anos um terreno de Marinha. A dívida do clube de R\$ 645 mil com a União datava de 2009. Em valores atuais seria de cerca de R\$

1,1 milhão, segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Em 17 de março deste ano, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou, por isso, a reintegração de posse.

Não há mais possibilidade de reverter a decisão, segundo Magno Pires, superintendente da SPU.

“A reintegração de posse já estava prevista. A área está entregue à Advocacia Geral da União (AGU) e à Controladoria-Geral da União (CGU). A sentença está transitada em julgado no TRF”, afirmou.

Magno Pires informou que ficará a cargo da AGU definir o uso a ser dado para o campo.

O presidente do Clube

Santa Cruz, Juez Bertoldo da Silva, afirmou que o jurídico do time está avaliando formas de recorrer da decisão.

“Nós vamos à luta. Vamos tomar providências sim”, garantiu o presidente do Santa Cruz.

A Prefeitura de Vitória vai entrar com nova medida judicial para tentar reverter a decisão. Enquanto isso, tramita processo de modificação do zoneamento da região para impedir a construção de qualquer prédio no espaço que era do clube.

“O município quer garantir a utilização da área como um espaço de lazer para a Capital”, diz trecho da nota.

A prefeitura anunciou o projeto de lei que altera o zoneamento do campo de Santa Cruz em abril passado. Caso a lei seja aprovada, o campo só poderá ser usado para lazer ou atividade esportiva.

No entendimento da prefeitura, na época em que a medida foi anunciada, em abril, isso dificultaria a possibilidade de a União construir uma repartição pública no local. A prefeitura já propôs, ano passado, ação civil pública que questiona a cobrança de taxa de Marinha em Vitória.

A GAZETA não conseguiu contato com a Advocacia Geral da União ontem.